

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Para preservar hidrelétricas, térmicas vão continuar em funcionamento neste mês](#) .. 4

Folha de S. Paulo

[Título: Térmicas mais caras se mantêm acionadas, e energia deve subir mais](#) 5

O Estado de S. Paulo

[Título: Para governo, preço mais alto tem impacto limitado](#) 13

[Título: Em Mato Grosso, etanol vira alternativa para o milho](#) 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Maduro expõe crise ao reestruturar dívida 2

Título: Excedente da cessão onerosa tem pelo menos 6 bi de barris 3

Título: Para preservar hidrelétricas, térmicas vão continuar em funcionamento neste mês .. 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 5

Título: Térmicas mais caras se mantêm acionadas, e energia deve subir mais 5

Título: Petrobras volta a reajustar gás de cozinha, e alta acumulada chega a 54% 6

Título: 'Loucos por Bento' tentam dar vida a vila destruída por lama de barragem	7
Título: Efeito Mariana	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Alta nos preços da energia elétrica pode limitar recuperação da economia	11
Título: Para governo, preço mais alto tem impacto limitado	13
Título: Preço do gás de cozinha sobe mais 4,5% a partir de amanhã	15
Título: Em Mato Grosso, etanol vira alternativa para o milho.....	15
Título: O carro elétrico no mercado brasileiro.....	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Gás sobe 4,5% amanhã	19

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Maduro expõe crise ao reestruturar dívida

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou que o país vai reestruturar a dívida externa, após a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) pagar mais uma parcela de seu débito. Devido à intrincada malha de operações financeiras que sustenta a dívida da estatal, a medida, afirmam analistas, deve provocar ondas de instabilidade nos mercados. Maduro culpa as sanções aplicadas contra o país pelo governo dos EUA, afirmando que elas tornaram impossível que a Venezuela obtivesse crédito novo para rolar sua dívida. O governo vai transferir US\$ 1,1 bilhão para a PDVSA pagar o principal em títulos que vencem na próxima terça-feira. A partir daí, vai renegociar sua dívida com bancos e investidores.

Maduro não esclareceu se pagará outros débitos que vencem nas próximas semanas, aumentando as incertezas nos mercados. Após o pagamento de US\$ 842 milhões do principal da dívida no último dia 27 de outubro, o país ainda está devendo US\$ 800 milhões em pagamento de juros. No total, segundo a Bloomberg News, a dívida externa do governo venezuelano e de suas estatais soma US\$ 143 bilhões, além de US\$ 52 bilhões em títulos. Economistas criticaram a medida. Asdrúbal Oliveiros, economista-chefe da consultoria Ecoanalítica, disse ao “Financial Times” que pagar amanhã e refinar e reestruturar depois não soa lógico, “mas assim é o chavismo.” Já Patrick Esteruelas, chefe global de mercado emergente do fundo de hedge EMSO, disse

que o “anúncio revela a posição de liquidez extremamente apertada e a ingenuidade com respeito às opções que têm”.

As sanções impostas em agosto pelos EUA tornaram difícil para Caracas obter financiamento de investidores, além de impedir o refinanciamento do débito atual, já que as medidas proíbem que instituições financeiras sob regulação dos EUA comprem novos títulos. As sanções foram adotadas como forma de pressão, devido ao cerceamento de liberdades civis, repressão, desrespeito à Constituição e aparelhamento das instituições. O anúncio de Maduro representa o reconhecimento oficial de que a dívida venezuelana se tornou insustentável, não só devido à queda da cotação e da produção de petróleo e à aplicação de sanções, mas também devido à má gestão das finanças públicas por Caracas.

Apesar de a economia venezuelana estar mergulhada na pior crise econômica de sua história — com hiperinflação, desabastecimento e racionamento —, o governo bolivariano se esforçou para mostrar que tudo se tratava de um soluço no mercado petrolífero, commodity responsável por mais de 90% das receitas do país. Agora, Maduro aponta para as sanções, como “perseguição financeira” do imperialismo americano. Tudo isto não altera o fato de que o país vive uma crise econômica e política sem precedentes, associada ao fechamento do regime chavista, o que vem gerando, igualmente, uma grave crise humanitária, com êxodo de refugiados para os países vizinhos e o risco de uma guerra civil.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Excedente da cessão onerosa tem pelo menos 6 bi de barris

ANP confirme volume de petróleo no pré-sal da Bacia de Santos

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou ontem que as reservas excedentes da região conhecida como cessão onerosa, no pré-sal da Bacia de Santos, têm pelo menos 6 bilhões de barris de petróleo. O volume real da área, que se soma aos 5 bilhões de barris cedidos à Petrobras durante a capitalização da estatal, em 2010, só será conhecido quando a região for explorada.

O cálculo foi feito pela consultoria Gafney, Cline & Associates e estima três cenários. A maior probabilidade, de 90%, é que o excedente seja de 6 bilhões de barris. Há ainda uma chance de 10% de haver cerca de 15 bilhões de barris. O terceiro cenário, com probabilidade de 50%, é o mais aceito pelo mercado,

segundo o diretor-geral da ANP, Décio Od-done: estimativa de 10 bilhões de barris de petróleo.

Caberá à União decidir o que fazer com o excedente, que pode ser leiloado ou usado para pagar à Petrobras caso esta seja credora na renegociação do contrato de cessão onerosa que se arrasta há anos. (Marcello Corrêa)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Para preservar hidrelétricas, térmicas vão continuar em funcionamento neste mês

Segundo ministério, volta das chuvas ainda não causou ganho significativo nos reservatórios

-Brasília- **O Ministério de Minas e Energia** informou ontem que vai manter as usinas térmicas, mais caras, em funcionamento no início de novembro, mesmo após o custo da geração de energia no país ter sofrido "acentuada redução" devido ao início do período chuvoso. A decisão foi tomada para preservar a água nas barragens das hidrelétricas.

O ministério disse que a volta das chuvas não refletiu em "ganhos significativos nos níveis de energia armazenada dos reservatórios" que operam com os menores índices dos últimos anos. A manutenção de mais térmicas em funcionamento encarece as contas de luz no país. O custo para gerar eletricidade sobe conforme aumenta a necessidade de usar mais térmicas movidas a óleo, gás e carvão.

Parte do custo extra é cobrado por meio das bandeiras tarifárias. Na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aumentou a taxa extra cobrada quando a bandeira vermelha 2 está em vigor de R\$ 3,50 para R\$ 5,00 a cada 100 kilowatt-hora consumidos.

Quando a bandeira não consegue compensar a geração mais cara, o custo extra é colocado nos reajustes anuais das distribuidoras de energia. O próximo reajuste da Light e da Enel (ex-Ampla), por exemplo, está previsto para março.

REUNIÕES SEMANAIS

A decisão de ontem foi tomada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CM-SE). O órgão, que reúne as principais autoridades do governo no setor, vem se reunindo semanalmente para avaliar a situação de abastecimento de energia no país.

Com a manutenção das usinas mais caras em operação, o governo reconhece, no jargão do setor elétrico, o despacho de térmicas fora da ordem de mérito. Ou seja, serão acionadas as usinas com custo acima do preço da energia no mercado à vista. Até agora, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vinha ligando as térmicas baseando-se a energia gerada pelo menor custo.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia informou que ficou decidido manter em operação usinas térmicas com custo de até R\$ 702,50 por megawatt-hora. O ministério não informou o quanto caiu o custo de geração.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Térmicas mais caras se mantêm acionadas, e energia deve subir mais

O governo decidiu manter em operação térmicas mais caras, apesar do início do período chuvoso, com o objetivo de tentar preservar água nos reservatórios das hidrelétricas brasileiras.

A medida deve ter impacto nas tarifas de energia a partir dos reajustes anuais das distribuidoras, quando são calculados os gastos adicionais da taxa ESS (Encargos de Serviços do Sistema), cobrada na conta de luz.

Em reunião nesta sexta (3), o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) decidiu autorizar o despacho fora da ordem de mérito, que libera o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) a usar usinas mais caras do que as recomendadas pelo modelo que rege a operação do sistema.

De acordo com o **MME (Ministério de Minas e Energia)**, a medida é necessária porque, com o início do período de chuvas, o preço-limite para o despacho de usinas caiu.

Assim, só poderiam ser usadas usinas com custo de até R\$ 493,24 por megawatt-hora (MWh), o que limita o acionamento de parte do parque térmico.

Na reunião, o CMSE permitiu que o ONS permaneça usando usinas com preço de até R\$ 702,50 por MWh.

A decisão vale para a semana que vem. Na próxima quinta (9), o comitê se reúne novamente para avaliar a situação.

Em 25 de outubro, o CMSE decidiu fazer reuniões emergenciais toda semana, para acompanhar mais de perto a situação dos reservatórios, que já se encontram em níveis inferiores ao período anterior ao racionamento de 2001.

Na quinta (2), os reservatórios do sistema Sudeste e Centro-Oeste estavam com 17,76% de sua capacidade de armazenamento de energia, volume inferior aos 23,19% registrados em novembro de 2001.

No Nordeste, os reservatórios estão em 5,78%, abaixo dos 8% do mesmo mês em 2001.

O consumidor já vem sentindo no bolso o efeito da seca, com o pagamento da bandeira tarifária em sua conta de luz. Neste mês, está vigorando a bandeira vermelha patamar 2, que custa R\$ 5 por cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

A arrecadação com as bandeiras é usada para antecipar recursos às distribuidoras de eletricidade para pagamento de energia mais cara comprada no mercado.

Ainda assim, na terça (31), a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou o uso de cerca de R\$ 1 bilhão da Conta de Energia de Reserva (Coner), também cobrada na conta de luz, para ajudar as distribuidoras a liquidar contratos de fornecimento de energia em setembro.

As empresas, porém, afirmam que o montante é insuficiente e podem partir para pedidos de revisão tarifária extraordinária para conseguir antecipar aumentos nas tarifas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras volta a reajustar gás de cozinha, e alta acumulada chega a 54%

A Petrobras anunciou nesta sexta (3) novo reajuste no gás de cozinha para embalagem em botijões de 13 quilos. Desta vez, a alta será de 4,5%, causada, segundo a estatal, pela alta nas cotações internacionais.

Foi o quinto aumento consecutivo. Desde que a companhia mudou sua política de preços para o GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha), em junho, foram seis aumentos e uma única redução, no dia 5 de julho.

Nesse período, o produto vendido em embalagens de até 13 quilos acumula aumento de 54%.

Em comunicado distribuído nesta sexta, a Petrobras diz que, se o repasse ao consumidor for integral, o botijão de gás ficará 2%, ou R\$ 1,21, mais caro.

"O reajuste foi causado principalmente pela alta das cotações do produto nos mercados internacionais, influenciada pela conjuntura externa e pela proximidade do inverno no hemisfério Norte", afirmou a estatal.

Na quarta (30) a empresa havia anunciado aumento também no preço do GLP para embalagens maiores do que 13 quilos, mais usadas por comércio e indústria. A alta foi de 6,5%.

Neste caso, o reajuste acumulado desde junho é de 29,5%.

Desde 2013, a estatal pratica preços diferentes para os dois produtos. A política foi iniciada ainda no começo do governo Lula com o objetivo de conter a inflação e oficializada em 2015 em resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

A nova política de preços mantém a diferença: para o cálculo do GLP industrial, a Petrobras inclui o custo de importação, além das cotações internacionais e margem de lucro.

A ANP, porém, defende o fim da diferença de preços, alegando que prejudica a atração de investimentos para o setor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

**Autor: JOSÉ MARQUES /AVENER PRADO/CAROLINA LINHARES ENVIADOS
ESPECIAIS A MARIANA (MG)**

**Título: 'Loucos por Bento' tentam dar vida a vila destruída por lama de
barragem**

Da varanda de uma das casas que restaram em pé na parte alta de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana (MG) destruído pela lama da mineradora Samarco, uma caixa de som toca o acústico de Paulo Ricardo.

É tarde de sábado. Lá dentro, a funcionária pública Maria das Graças Quintão, 60, serve uma galinhada. Em frente à porta, o comerciante Sandro Sobreira, 42, solta rojões.

Além de nove pessoas na casa, não há mais ninguém nos arredores, a não ser seguranças contratados pela mineradora, que controlam os acessos ao que sobrou do vilarejo destruído.

Os fogos de artifício são para comemorar a possibilidade retornar ao local em que viveram até a tragédia que matou 19 pessoas -cinco dentro de Bento Rodrigues.

O que os une é o trauma de terem perdido amigos, residências, objetos pessoais e criação de animais em meio aos 40 bilhões de litros de lama que vazaram no dia 5 de novembro de 2015 da barragem de Fundão, operada pela Samarco, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton.

Desde o final do ano passado, eles passaram a retornar ao local destruído todo fim de semana. Fazem comida, bebem, batem papo, relembram a tragédia e, contrariando a vontade da mineradora, dormem no palco da destruição.

"A gente é a pedra no sapato da Samarco", afirma o motorista Cristiano José Sales, 35. Ele aumenta o volume do aparelho de som, ligado a uma bateria, já que não há energia em Bento.

Está tocando um cover de "London, London", música de Caetano Veloso, interpretada pelo vocalista do RPM. "Eita, dancei demais isso lá no Bento!", exclama Cristiano, lembrando seu passado no povoado, antes da destruição causada pela lama.

De sua casa, ele só conseguiu salvar uma camisa do Cruzeiro, seu time do coração, toda suja dos rejeitos que vazaram da barragem há quase dois anos. A turma que reocupa o povoado se intitula "Loucos por Bento Rodrigues" e tem cerca de 30 pessoas, mas o número é variável.

A reportagem da **Folha** esteve numa das casas em que eles dormem, da dona de casa Terezinha Quintão, 51, que apesar de intacta foi saqueada após o rompimento.

De lá roubaram até o batente da porta. Os Loucos reformaram tudo."Dissemos: olha Terezinha, aprendemos com o Pimentel. Vamos desapropriar sua casa", afirma Marcos Muniz, 52, que é ex-funcionário da Samarco. Assim como outros moradores do povoado, ele teve os seus terrenos em Bento Rodrigues desapropriados por decreto do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), para a construção de um dique de contenção da lama.

Na Semana Santa deste ano, eles queimaram no vilarejo um boneco de Judas vestido com um uniforme da Samarco que Muniz guardava em sua casa.

A iniciativa causou revolta de moradores da sede de Mariana, que fica a 23 km de Bento. O município depende financeiramente da empresa, cujas atividades de mineração estão paralisadas.

Mas os Loucos pretendem queimar outro Judas no ano que vem. "O boneco representava a empresa, e não os funcionários. A culpa do rompimento é da Samarco, e não nossa", diz a auxiliar odontológica Simaria Quintão, 43.

RETORNO

Os ex-moradores começaram a voltar a Bento pouco antes do primeiro ano do rompimento. Em setembro de 2016, celebraram a festa de Nossa Senhora das Mercês.

Depois, puseram na cabeça que iam dormir no lugar, apesar de a visita estar restrita às quartas e finais de semana, das 8h às 18h, definida por um decreto municipal. "Criamos um grupo de Whatsapp e intitulamos 'Loucos'. Foi assim que começou", explica a auxiliar odontológica Mônica Silva, 32.

Numa sexta-feira, dia em que a visita é proibida, a Polícia Militar apareceu no local, a pedido da segurança, para registrar boletim de ocorrência por descumprimento de ordem judicial. Mônica se prontificou a ser notificada por eles.

Ela conta que disse ao policial militar: "Já te adianto uma coisa: vocês vão fazer muito boletim de ocorrência em nome da gente, porque a gente não vai deixar de vir". A Samarco afirma que cumpre o decreto.

FESTA

A tarde cai. Sandro começa a ajeitar uma lâmpada na varanda, Cristiano acende uma churrasqueira improvisada. Com a bateria, conseguem iluminar o local, pôr o som para tocar e até mesmo ligar uma televisão. Quando fazem uma festa com música ao vivo, o que já aconteceu, têm de levar um gerador de eletricidade.

Celular não pega por ali. Para usar o aparelho, eles vão até a parte baixa de Bento, destruída, onde há sinal. O grupo passa a relembrar o momento em que souberam do rompimento e os dias posteriores, sob temor de que familiares estivessem entre as vítimas. Também recordam os mortos.

"O Tiaguinho vivia muito próximo da gente", lembra Simaria sobre Tiago Damasceno, 7, um dos mortos. "Perguntávamos se ele era Cruzeiro ou Atlético e ele dizia: 'Sou Curíntia'", relembra.

Marcos Muniz fala de seu tempo de Samarco. "Eu tenho até uma foto com o Ricardo Vescovi", diz, sobre o ex-presidente da companhia, que é réu por homicídio na ação sobre o caso e nega a acusação.

O novo Bento Rodrigues, que será reconstruído em outro local, tem previsão para estar pronto em março de 2019, mas o terreno ainda não foi regularizado.

Os Loucos prometem não esquecer o velho Bento -que faz parte de suas memórias e é o marco da maior tragédia ambiental ocorrida no Brasil- mesmo com a construção do novo Bento.

"A gente não vai deixar isso aqui virar uma barragem, para acabar com a nossa história. Vamos lutar para ser um museu a céu aberto", afirma Sandro. "Mas se a gente puder continuar vindo para cá nos fins de semana, já é alguma coisa."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Efeito Mariana

Editorial

Reparação ambiental de desastre da Samarco avança mais que a compensação social, mas ambas parecem seguir um rumo aceitável

Dois anos após a tragédia que soterrou o subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), e enlameou a bacia do rio Doce com uma montanha de rejeitos do tamanho do Corcovado, vai se provando acertada a iniciativa de criar um órgão independente para comandar a mitigação do maior desastre da mineração mundial. A Fundação Renova, que começou a funcionar dez meses depois do rompimento da barragem de Fundão, tem dotação mínima de R\$ 11 bilhões da Samarco e suas controladoras (Vale e BHP Billiton) para reparações e compensações até 2030. Já gastou R\$ 1,8 bilhão.

Em pouco mais de um ano, a Renova reuniu considerável portfólio de realizações. Enviesado, porém. A recuperação do ambiente afetado caminha mais rapidamente que o previsto. Um conjunto de 101 tributários do Doce teve suas margens estabilizadas e recompostas. O esforço de revegetação progride bem, mesmo onde o lodo derramado permanece sobre o solo.

Bem mais difíceis de regenerar, porém, são as chagas sociais.

Os 8.274 cartões distribuídos para pagamento de auxílio emergencial de um salário mínimo não configuram mais que um paliativo. Despenderam-se cerca de R\$ 500 milhões em indenizações, mas o cadastramento anda devagar, por complexa a comprovação de residência, renda perdida e prejuízos. As 362 famílias por reassentar padecem de discriminação em Mariana, cuja população anseia pelos empregos antes providos pela Samarco. Se tudo der certo, os ressarcimentos e os novos vilarejos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira estarão concluídos até 2019.

O escopo da Renova, entretanto, vai muito além. O termo de ajustamento de conduta que lhe deu origem prevê ampla compensação socioambiental. Sua missão é nada menos que ressuscitar, por assim dizer, o Doce e seu vale, começando pela universalização de coleta e tratamento de esgotos. Mais até que a mineração, séculos de pecuária extensiva e conseqüente erosão de encostas assorearam o rio. A fundação se compromete a reflorestar 470 km² na região e recuperar 5.000 nascentes.

Produzir os 30 milhões de mudas necessárias nem é o maior desafio, mas sim engajar a população e dezenas de entidades — associações, sindicatos, órgãos públicos — num processo que não se limite ao meramente assistencial. A estratégia adotada até aqui impõe laboriosa busca de consensos. Só no Comitê Interfederativo ao qual a Renova responde há sete dezenas de organizações. Incluindo as 42 câmaras técnicas que a assessoram, já se realizaram 1.715 reuniões com 53 mil participantes.

Ninguém imaginou que sanear o estrago feito pela Samarco seria simples nem rápido. Há, sim, chance de que o arranjo institucional inovador logre o que a muitos terá parecido infactível: remediar tamanha agressão ao ambiente com um mínimo de justiça social.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges Anne Warth

Título: Alta nos preços da energia elétrica pode limitar recuperação da economia

Retomada. Com reservatórios de hidrelétricas em níveis baixos e acionamento das termoeletricas, preço da energia já acumula alta de 5,8% este ano, ante uma inflação de 1,78%; para especialistas, médias e pequenas indústrias são as mais afetadas

Os recentes sinais de melhora do ambiente econômico levaram o governo a reavaliar suas projeções de crescimento do PIB para 2018, elevando o

crescimento do País de 2,5% para 3%. Mas o setor elétrico pode ser um entrave. A ocorrência de chuvas abaixo da média histórica e a persistente estiagem que atinge a região Nordeste, situação que exige o acionamento constante das usinas térmicas – mais caras –, têm gerado um efeito cascata em toda a indústria, com potencial impacto sobre o ritmo da recuperação.

A cúpula do setor elétrico garante que, mesmo com o crescimento do PIB em 3%, não há risco de desabastecimento de energia no País, tanto por conta do potencial do parque instalado quanto das novas turbinas que entrarão em operação nos próximos meses. O impacto preocupante, portanto, não é operacional, mas financeiro, já que o preço da energia, que costuma ser um dos principais insumos para muitos setores, ameaça a velocidade da retomada estimada pelo governo.

“Dos 62 mil megawatts de energia que o Brasil consome diariamente, cerca de 15% vão para indústrias de pequeno e médio porte. Diferentemente da grande indústria, que tem contratos de aquisição de energia baseados em acordos de longo prazo, essas empresas estão expostas a essas altas repentinas de preço e deverão sofrer com isso”, diz Christopher Vlavianos, presidente da Comerc, gestora independente de energia.

Escalada.

Os dados do IBGE confirmam a escalada de preços. Entre janeiro e setembro, enquanto a inflação acumula alta de 1,78%, o aumento da conta de luz já acumula alta de 5,8%. Em 2016, o preço da energia deu uma trégua e chegou a cair 10,66%, ante uma inflação de 6,29%, mas ainda assim não conseguiu equalizar os estragos do ano anterior, quando o preço disparou e a conta subiu 51%, ante uma inflação de 10,67%.

O cenário permanece crítico porque, mesmo que as chuvas de dezembro a março registrem um bom volume, não serão suficientes para restabelecer volumes razoáveis de água nos maiores reservatórios do País, como Sobradinho (Bahia), Serra da Mesa (Goiás), Três Marias e Furnas (Minas Gerais). Todos operam hoje com níveis mínimos históricos para essa época do ano. “Esse impacto do preço da conta de luz é pesado, porque afeta diretamente pequenas e médias indústrias que não estão protegidas por contratos de longo prazo, e ficam expostas a essa situação.

E sabemos que, infelizmente, isso vai continuar algum tempo. O que vemos é pressão tarifária nos próximos dois anos, o que puxa a inflação e compromete a competitividade das empresas”, diz Roberto Wagner, especialista em política industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, afirma que as decisões de investimento

são avaliadas sob a perspectiva do longo prazo. Ele reconhece que a energia é relevante no processo produtivo, mas pondera que o aumento desse custo é conjuntural.

“Estamos enfrentando a seca mais severa da história. Quando isso se reverter, o custo da energia também vai cair”, afirmou. A política de transparência e de realismo tarifário adotada pelo governo, segundo Sales, tem trazido mais segurança ao investidor. “Essa postura é bem vista, porque mostra coerência. São as surpresas que ameaçam os investimentos”, disse.

Impacto.

A indústria eletrointensiva é uma das mais afetadas pelo aumento do custo da energia. O superintendente da Associação Brasileira da Indústria do Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, disse que a falta de chuvas não é o único problema. Ele destaca que os subsídios embutidos na conta de luz e as indenizações devidas a transmissoras de energia são itens que encarecem o insumo. “Antes o problema fosse apenas água.” A situação tem levado alguns setores da indústria a cogitar até a possibilidade de vender sua energia e deixar de produzir.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia, Edvaldo Alves de Santana, a reforma do setor elétrico proposta pelo governo é uma forma de lidar com esses problemas. “A questão é que essa reforma é de difícil implementação e terá efeito no longo prazo, enquanto alguns problemas são urgentes e não podem esperar pelo amanhã.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Para governo, preço mais alto tem impacto limitado

O aumento do custo da energia não é um fator que limita a retomada do crescimento econômico, afirma o secretário executivo do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, Paulo Pedrosa. Na avaliação dele, o câmbio tem mais impacto na competitividade da indústria do que o custo da energia. Segundo Pedrosa, o mais importante para o setor produtivo é a garantia de que haverá energia suficiente para abastecer o País, e isso está assegurado.

“Nossa visão é de que o custo não vai impedir o crescimento econômico. Para a indústria, o grande problema seria o desabastecimento, mas isso não vai ocorrer”, afirmou. “A não ser para a indústria eletrointensiva, a energia não define a competitividade da produção.” Pedrosa, que atuou por muitos anos no

setor privado, explica que a grande indústria compra energia com antecedência e garante contratos de médio e longo prazos com custos mais baixos.

O secretário executivo reafirmou que o abastecimento de energia está garantido e que “criar um ambiente favorável é mais importante do que as questões de curto prazo”. Entre as medidas que ajudam a criar um clima mais favorável estão o novo modelo do setor, a privatização da Eletrobrás, a revisão dos subsídios e as soluções para problemas bilionários que assombram os agentes há anos, como o risco hidrológico e a indenização das transmissoras. / A.B e A.W

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Grandes hidrelétricas estão fora de planos de expansão

Usinas hidrelétricas respondiam por mais de 80% da geração de energia há 20 anos; hoje, representam 60%

A pressão sobre os reservatórios das hidrelétricas tende a aumentar nos próximos anos, dada a ausência de novos projetos baseados na construção de grandes barragens e geração hídrica. Depois de uma década de investimentos em empreendimentos de grande porte, como Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, Teles Pires e São Manoel, todas instaladas na região amazônica, o governo praticamente paralisou a construção de novos empreendimentos, por conta da complexidade ambiental desses projetos.

Se dois anos atrás previa-se mais de 10 mil megawatts (MW) de energia com projetos hidrelétricos a serem instalados na próxima década, hoje essa projeção é de 3 mil megawatts. “Usinas solar e eólica são complementares e importantes, mas não podem ser a principal fonte do País. Hoje estamos vivendo um problema estrutural no setor elétrico, porque deixamos de fazer usinas com grandes reservatórios.

Antes tínhamos três ou quatro anos de previsibilidade de abastecimento, mesmo com falta de chuvas, devido aos nossos reservatórios. Hoje, essas estruturas suportam apenas meses se água. Perdemos esse benefício”, diz Roberto Wagner, especialista em política industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Há 20 anos, as hidrelétricas respondiam por mais de 80% da geração de energia.

Hoje, representam 60%. As mudanças nessa matriz terão impacto econômico. Um estudo elaborado pela CNI aponta que, para o Brasil cumprir o acordo de

reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa até 2030, terá de desembolsar R\$ 15 bilhões a mais do que o previsto pelo Plano Nacional de Energia (PNE).

Segundo o levantamento, o investimento necessário para o País se adequar à meta da COP 21 para o setor elétrico – de aumento da parcela de geração renovável para ao menos 23% do total, desconsiderando a energia hídrica – será de R\$ 316 bilhões até 2030, enquanto as estimativas do PNE são de R\$ 301 bilhões.

Na avaliação da CNI, a tendência é de que novas usinas a gás natural também passem a fazer parte dos investimentos em térmicas, para substituir usinas mais antigas e mais poluentes – de geração a diesel e carvão, por exemplo –, reduzindo assim os índices de emissão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do gás de cozinha sobe mais 4,5% a partir de amanhã

O preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para uso residencial, o gás de cozinha, de botijões de até 13 kg, vai subir 4,5%, em média, a partir da zero hora de amanhã, informou ontem a Petrobrás. De acordo com a estatal, o reajuste foi causado principalmente pela alta das cotações do produto nos mercados internacionais, influenciada pela conjuntura externa e pela proximidade do inverno no Hemisfério Norte. A variação do câmbio também contribuiu, destacou a companhia em nota.

O ajuste foi aplicado sobre os preços praticados sem incidência de tributos. Se for integralmente repassado ao consumidor, a companhia estima que o preço do botijão de 13 kg pode ser reajustado, em média, em 2%, ou cerca de R\$ 1,21, “se forem mantidas as margens de distribuição e de revenda e as alíquotas de tributos”, destacou. O último reajuste do GLP ocorreu em 11 de outubro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Gustavo Porto J.F. Diorio

Título: Em Mato Grosso, etanol vira alternativa para o milho

Biocombustível ganha espaço nos projetos para melhorar aproveitamento da produção do Estado

Maior celeiro agropecuário do País, Mato Grosso busca no etanol a saída para reduzir gargalos econômicos e logísticos gerados por um excedente anual de 25 milhões de toneladas de milho – 27% da oferta brasileira. Essa é a produção que não é consumida localmente, mas que enfrenta desafios para ser levada para outras regiões. Nessa nova rota do biocombustível, o cenário é animador, mas também aponta desafios.

Ao mesmo tempo em que o processamento do milho para se obter álcool gera subprodutos que proporcionam remuneração extra ao produtor, como o farelo, alimento de qualidade e de menor custo para o rebanho de 30 milhões de bovinos do Estado, a expansão do combustível precisa ser acompanhada de avanços nas questões estruturais. Entraves observados em anos de ampla produção de milho, entre eles dificuldade de escoamento e preço baixo, podem ser um limitador no futuro.

Com 11 usinas, Mato Grosso é autossuficiente em álcool. Consome um terço do 1,4 bilhão de litros que oferta. Três das unidades existentes no Estado são flex e já produzem o biocombustível com o uso de cana-de-açúcar e milho. As outras oito usam apenas cana. Em agosto, foi inaugurada em Lucas do Rio Verde (MT) a primeira unidade produtora de álcool exclusivamente do cereal, a FS Bioenergia. Produtores dessa região, principal polo produtor de milho naquele Estado, sofrem para escoar os grãos.

Até o terminal ferroviário mais próximo, em Rondonópolis (MT), são 600 quilômetros ao sul por rodovia. Uma alternativa, ao norte, é enfrentar 1.100 quilômetros pela BR-163, com trechos precários, para exportar pelo porto de Miritituba (PA). O resultado do gargalo logístico é que o preço do frete dobra e a competitividade do milho diminui. Em Lucas do Rio Verde, distante 330 quilômetros ao norte da capital Cuiabá, há uma mistura de euforia com a FS Bioenergia e desconfiança de produtores sobre o potencial de reação dos preços do cereal.

Empresário rural e prefeito luverdense no primeiro mandato, Luiz Binotti (PSD) diz que o primeiro ponto positivo da chegada da FS é a geração de empregos, “com remuneração melhor e profissionais de alto conhecimento”. Menos otimista, o presidente do Sindicato Rural local, Carlos Alberto Simon, diz que os preços do milho já mostram reação, mas é cauteloso sobre a possibilidade de isso ser uma tendência.

Segundo ele, a saca de 60 quilos a ser entregue à FS Bioenergia no segundo semestre de 2018 já foi comercializada entre R\$ 16,00 e R\$ 16,50, alta de até 22% em relação ao valor de mercado atual, de R\$ 13,50. “Ainda é baixo, mas é uma melhora”, pondera. Flex. A 150 quilômetros de Lucas do Rio Verde, em São José do Rio Claro (MT), está a Destilaria de Álcool Libra, uma das três usinas flex

matogrossenses. Lá, já virou realidade aquilo que em Lucas do Rio Verde é uma expectativa.

De acordo com o diretor comercial da Libra, Celso Eduardo Ticianeli, o etanol de milho responde por 35% da receita da companhia, o farelo por 25% e o álcool de cana pelos 40% restantes. Os pecuaristas agradecem. “O farelo de milho tem quantidade de proteína comparada ao de soja, é mais barato e, pelo alto teor de umidade, é mais palatável aos animais”, diz Jefferson Albino, gestor da unidade da empresa de pecuária LFPEC em Diamantino (MT), a 50 quilômetros da Libra.

Mas a cana é considerada indispensável para as usinas flex por gerar o bagaço. A biomassa é queimada em caldeiras e transformada em energia elétrica, insumo fundamental na unidade fabril. Quem não dispõe de cana utiliza eucalipto picado como biomassa para a produção de energia. Estudo feito pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) aponta que a construção de novas usinas do biocombustível a partir do milho terá como fator limitador justamente a oferta restrita de biomassa para a geração de energia.

O governo federal trata o advento das usinas de etanol de milho como “uma revolução”, pelos impactos econômicos, sociais e até fundiários gerados onde as unidades são instaladas. **Para o diretor de biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Miguel Ivan Lacerda**, a rota alternativa de produção do bicomcombustível “cria uma nova fronteira de desenvolvimento”. O ex-governador e senador licenciado de Mato Grosso, o ministro da Agricultura Blairo Maggi, diz que, “diferentemente de uma usina de cana, que precisa mudar todo sistema fundiário e social para ser instalada, a implantação de uma usina de milho vem como incremento para a região produtora do grão”.

Apesar do protagonismo estadual, o uso do milho na produção de etanol e de farelo para a pecuária não deverá ser restrito às lavouras mato-grossenses, para o ex-presidente e conselheiro consultivo da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) Glauber Silveira. “Se o etanol de milho é viável a até R\$ 36 a saca, como mostra estudo do Imea, e como unidades flex precisam de menos investimentos, o maior potencial de crescimento da nova rota está em usinas de cana de São Paulo”, diz, referindo-se à principal região canavieira do mundo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: O carro elétrico no mercado brasileiro

O Acordo do Clima de Paris (COP21) passou a exigir novas relações de produção e consumo de energia. Neste contexto, o padrão de produção, bem como o consumo de energia do setor de transporte, um dos maiores emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE), vem sendo questionado, com a defesa cada vez maior do uso do carro elétrico.

A tecnologia de carros movidos a eletricidade vem ganhando espaço em todo o mundo, com a produção de novos modelos não só por empresas de tecnologia verde, como a Tesla, mas também pelas montadoras tradicionais. Empresas que ganharam escala e notoriedade global ao longo do século 20 produzindo carros movidos a derivado de petróleo, cada vez mais, lançam modelos de carro elétrico.

Fazendo uma retrospectiva rápida desde a Revolução Industrial, saímos de um modelo energético monopolista calcado no carvão mineral e migramos no século 20 para a era do petróleo, que viabilizou os anos gloriosos do Welfare State. Na nova era, parece que não haverá fonte de energia monopolista, e sim uma regionalização em que cada país deverá aproveitar as suas vantagens comparativas.

Outra transformação é que os setores da economia responsáveis pelo crescimento passaram a ser os menos intensivos em energia, como o setor de serviços, sendo as startups de tecnologia os exemplos mais emblemáticos.

Na nova configuração do setor de energia, passam a ter cada vez mais importância a adequação crescente às demandas ambientais e a consolidação de modelos de consumo energético cada vez mais regionalizados, o que fica claro ao compararmos os perfis de produção e consumo de energia da América Latina e de outros continentes.

Essas diferenças resultam em metas ambientais distintas e em planos de transição energética particulares. Portanto, precisamos ficar atentos e não nos deixarmos levar por um conceito de modernidade quando olhamos somente os modelos europeu e americano de transição da matriz energética.

Devemos aproveitar nossas características, nossas potencialidades e vantagens comparativas na produção de energia. Desta reflexão surgem perguntas quanto à disseminação do uso do carro elétrico no setor de transporte brasileiro. Esse modelo é o mais adequado para a nossa realidade energética? O carro elétrico é a melhor solução para o problema de emissão de GEE no setor de transporte no Brasil? A princípio, a resposta seria não.

O setor elétrico nacional apresenta três problemas que dificultariam uma maior penetração do carro elétrico. Primeiro, porque atualmente não há uma

estrutura de oferta segura para o crescimento dos carros elétricos – isso se vê pelas altas tarifas de energia elétrica. Segundo, por restrições, ineficiências e perdas nos sistemas de transmissão e distribuição.

Terceiro, com a maior presença na matriz elétrica de fontes intermitentes, como a eólica, a solar e a hidrelétrica a fio de água, haverá necessidade de uma maior geração de energia com combustíveis fósseis. Atualmente, quem garante, mesmo num cenário de baixo crescimento econômico, a segurança energética são as usinas térmicas, que estão praticamente ligadas o tempo todo.

Deixar de lado, sem políticas públicas adequadas, o etanol, uma tecnologia pioneira no País, não é uma escolha estratégica nem tampouco acertada. Na nova era da regionalização energética, o Brasil não poderia e não deveria deixar de lado o vasto potencial do setor sucroalcooleiro.

Desestimular, com a onda do carro elétrico, a tecnologia do etanol de segunda geração, que usa a palha e o bagaço da cana, não é a melhor opção. Não podemos cair no erro de jogar pela janela nossas vantagens comparativas na produção de energia, como fizemos ao proibir a construção de hidrelétricas com reservatórios. Incentivar carro a etanol não é ser contra o carro elétrico, mas, sim, otimizar nosso potencial diante das demandas ambientais. A simples cópia de modelos adequados a outros países nem sempre é a melhor solução.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Gás sobe 4,5% amanhã

A Petrobras reajustou em 4,5% o preço cobrado nas refinarias pelo gás liquefeito de petróleo para uso residencial em botijões de 13 kg (GLP P-13). O aumento vale a partir deste domingo.

Segundo a estatal, o botijão pode ficar, em média, 2% mais caro para o consumidor, o que significará aumento de R\$ 1,21 por unidade caso sejam mantidas as margens de distribuição e de revenda e as alíquotas de tributos. A empresa, no entanto, esclareceu que a revisão feita nas refinarias pode ou não se refletir no preço final ao consumidor, dependendo dos repasses feitos por distribuidoras e revendedores.

De acordo com a Petrobras, o reajuste foi resultado, principalmente, da alta das

cotações do produto nos mercados internacionais. Outro fator que contribuiu para o aumento foi a variação do dólar. Foi o quinto aumento do gás desde que a estatal anunciou a mudança na política de preços para os derivados de petróleo, em junho. Nestse período, a alta acumulada é de 54%.

Para o gráfico Antônio Flávio Barros, 42 anos, o preço do GLP já é alto e o produto vai ficar ainda menos acessível com o aumento. “Eu pago cerca de R\$ 65 no gás de cozinha e não sei como vou fazer. Não tenho como deixar de me alimentar para diminuir o consumo”, criticou. Para ele, a única maneira de economizar é retirando o botijão no local da compra, algo que já faz. “Para poupar dinheiro, vou ao estabelecimento buscar o gás. Assim, economizoo o dinheiro do frete e consigo poupar em torno de R\$ 10”, disse. (AP)

MME / ASCOM .